



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS DO GRANDE PORTO

DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

CONSULTA PRÉVIA PARA A LOCAÇÃO OPERACIONAL DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS E RESPETIVA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

PROC. N.º 1024000749/2024

CADERNO DE ENCARGOS

## Índice

<b>SECÇÃO I – CLÁUSULAS JURÍDICAS .....</b>	<b>4</b>
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS .....	4
Cláusula 1.ª Objeto .....	4
Cláusula 2.ª Contrato .....	4
Cláusula 3.ª Prazo .....	4
Cláusula 4.ª Local de Entrega .....	4
Cláusula 5.ª Entrega dos bens do Contrato .....	5
Cláusula 6.ª Garantia Técnica .....	5
Cláusula 7.ª Inspeção e testes .....	6
Cláusula 8.ª Aceitação dos Bens .....	6
Cláusula 9.ª Garantia de continuidade de fabrico .....	6
Cláusula 10.ª Preço base, preço contratual e adiantamentos .....	6
Cláusula 11.ª Condições de Pagamento .....	7
Cláusula 12.ª Fatura Eletrónica .....	7
Cláusula 13.ª Revisão de Preços .....	7
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES DAS PARTES .....	7
Cláusula 14.ª Obrigações Gerais do Adjudicatário .....	7
Cláusula 15.ª Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato .....	9
Cláusula 16.ª Forma da Execução do Contrato .....	10
Cláusula 17.ª Dever de Sigilo .....	10
Cláusula 18.ª Patentes, Licenças e Marcas registadas .....	11
Cláusula 19.ª Confidencialidade e Proteção de dados pessoais .....	11
Cláusula 20.ª Código de Conduta para Fornecedores e Subcontratados da LIPOR .....	12
Cláusula 21.ª Igualdade de Género e Direitos Humanos .....	13
Cláusula 22.ª Transparência .....	13
Cláusula 23.ª Requisitos Sustentáveis .....	13
Cláusula 24.ª Obrigações da Entidade Adjudicante .....	14
CAPÍTULO III – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	14
Cláusula 25.ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato .....	14
Cláusula 26.ª Subcontratação e cessão da posição contratual .....	14
CAPÍTULO IV – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....	15
Cláusula 27.ª Penalidades contratuais .....	15

---

Cláusula 28.ª Força maior .....	16
Cláusula 29.ª Resolução por parte da Entidade Adjudicante .....	16
Cláusula 30.ª Resolução por parte do Adjudicatário .....	17
CAPÍTULO V - SEGUROS .....	17
Cláusula 31.ª Seguros .....	17
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS .....	17
Cláusula 32.ª Outros Encargos .....	17
Cláusula 33.ª Resolução de Litígios .....	17
Cláusula 34.ª Comunicações e notificações .....	18
Cláusula 35.ª Contagem dos prazos .....	18
Cláusula 36.ª Legislação Aplicável .....	18
Cláusula 37.ª Consulta preliminar ao mercado .....	18
<b>SECÇÃO II – CLÁUSULAS TÉCNICAS</b> .....	19
Cláusula 38.ª Requisitos .....	19
Cláusula 39.ª Seguro .....	21
Cláusula 40.ª Assistência Técnica .....	21
Anexos .....	22
Anexo I Código de Conduta para Fornecedores da Lipor/Declaração de Compromisso .....	23
Anexo II Regulamento de Higiene e Segurança .....	24
Anexo III Manual de Boas Práticas de Gestão de Energia para Fornecedores da LIPOR .....	25

## SECÇÃO I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

### CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Cláusula 1.ª

##### Objeto

O presente procedimento tem por objeto principal a Locação Operacional de Equipamentos Informáticos e respetiva Prestação de Serviços de Assistência Técnica, de acordo com as disposições constantes neste Caderno de Encargos.

#### Cláusula 2.ª

##### Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Caso se verifiquem, os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Caso se verifiquem, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Caso se verifiquem, os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. Além dos documentos indicados no n.º 1 e 2, o Adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
6. Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o Código dos Contratos Públicos e demais legislação portuguesa aplicável.

#### Cláusula 3.ª

##### Prazo

O contrato de fornecimento/disponibilização dos bens objeto do procedimento é celebrado pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### Cláusula 4.ª

##### Local de Entrega

O fornecimento dos bens terá lugar nas instalações da Entidade Adjudicante, situado em Rua da Morena, 805, 4435-746 Baguim do Monte, Gondomar ou noutro local que a mesmo venha a indicar para o efeito.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Entrega dos bens do Contrato**

1. Os equipamentos deverão ser entregues nas instalações da Lipor, em Baguim do Monte, devidamente embalados e identificados 30 (trinta) dias após o envio de uma nota de encomenda (ou documento equivalente), dentro do prazo de execução do Contrato.
2. Para o efeito, o Adjudicatário deve, com uma antecedência de 1 (uma) semana, informar a LIPOR para o endereço eletrónico **dac@lipor.pt**, a data e hora da entrega.
3. O Adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do Contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
4. O Adjudicatário deverá assegurar todos os meios de suporte necessários à descarga dos bens.
5. A entrega dos bens é sempre acompanhada de Guia de remessa. A cópia da guia de remessa, assinada pela Entidade Adjudicante, fica na posse do Adjudicatário, constituindo prova bastante da entrega dos bens.
6. A assinatura da guia de remessa pela Entidade Adjudicante não implica a aceitação de eventuais discrepâncias dos bens com as características previstas no presente Caderno de Encargos.
7. Com a entrega dos bens objeto do Contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a Entidade Adjudicante, bem como o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
8. O risco nas fases de acondicionamento, transporte, embalagem, carga e descarga da entrega, é da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário.
9. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do Contrato e respetivos documentos para o local de entrega e com a respetiva instalação são da responsabilidade do Adjudicatário.

### **Cláusula 6.ª**

#### **Garantia Técnica**

1. Nos termos do presente artigo e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do Contrato, pelo prazo mínimo estipulado legalmente (salvo se outro maior for proposto pelo Adjudicatário) a contar da data da assinatura do auto de receção (quando aplicável) ou da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
  - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
  - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
  - e) O transporte do bem e das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
  - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
  - g) A mão-de-obra.
3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a Entidade Adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o Adjudicatário, para efeitos da respetiva reparação ou substituição.
4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um

prazo razoável fixado pela Entidade Adjudicante e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Inspeção e testes**

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a LIPOR, por si ou através de terceiro por ele designado, procede de imediato à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos.
2. Caso os bens fornecidos não devam ser aceites, fundamentadamente, por razões de qualidade e/ou segurança, a LIPOR fixará um prazo razoável ao fornecedor para a sua substituição.
3. Para os efeitos previstos no número anterior, caso o Adjudicatário não tenha efetuado, em devido tempo, a substituição dos produtos rejeitados, pode a entidade adjudicante providenciar pela aquisição de produtos idênticos junto de outro fornecedor, ficando o fornecedor responsável por todos os encargos decorrentes da situação causada.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Aceitação dos Bens**

1. Caso os bens objeto do contrato, estejam em conformidade com as exigências do caderno de encargos e disposições legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características definidas no presente caderno de encargos, deve a fatura ser confirmada, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 30 dias.
2. Com a confirmação, a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a Entidade Adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Garantia de continuidade de fabrico**

O Adjudicatário deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integrem os bens objeto do contrato pelo prazo estimado da respetiva vida útil.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Preço base, preço contratual e adiantamentos**

1. O preço base do presente procedimento, enquanto montante máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas os bens que constituem o objeto do contrato é de 49.500,00€ (quarenta e nove mil e quinhentos euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.
2. Pelo objeto do contrato, a Entidade Adjudicante pagará ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que não poderá ultrapassar o valor referido no número anterior.
3. Para efeitos do nº 3 do artigo 47.º do CCP, o preço base foi fixado tendo em conta consultas preliminares de mercado.
4. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação, e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição ou aluguer, transporte, vestuário e EPI's, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
5. Sem prejuízo do preço contratual constante da proposta adjudicada, a Entidade Adjudicante só

se obriga a pagar ao Adjudicatário os serviços que efetivamente venham a ser executados. |

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Condições de Pagamento**

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. As quantias devidas serão efetuado o pagamento mensalmente na proporção de 1/36 do montante da adjudicação
3. As faturas devem detalhar inequivocamente todos os bens e serviços nas respetivas quantidades, preços e outras referências quer permitam prontamente relacionar os bens e serviços propostos com os faturados, bem como o número de compromisso financeiro.
4. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura devidamente corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária. |

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Fatura Eletrónica**

1. Os fornecedores da AP, enquanto cocontratantes, são obrigados a emitir faturas eletrónicas no âmbito da execução de contratos públicos, conforme Decreto-Lei n.º 104-A/2021, de 27 de novembro.
2. Informamos que a Entidade Adjudicante já aderiu à Faturação Eletrónica, tendo como Broker a SERES. Caso ainda não tenham uma solução para a emissão de faturas eletrónicas, nos termos do referido Decreto-Lei, agradecemos que procedam à sua contratação sob pena da Lipor não poder aceitar as faturas noutros formatos que não os permitidos pela Faturação Eletrónica. Caso já tenham procedido à aquisição da solução informamos que devem solicitar a interoperabilidade entre sistemas para o endereço [rva.ef@seres.es](mailto:rva.ef@seres.es) a fim de estabelecerem ligação com o nosso broker (SERES).
3. Quaisquer questões adicionais sobre este tema podem enviar para os seguintes endereços [dac.compras@lipor.pt](mailto:dac.compras@lipor.pt).
4. As faturas devem ser enviadas, única e exclusivamente, para o email [fac.electronica@lipor.pt](mailto:fac.electronica@lipor.pt).

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Revisão de Preços**

Não haverá lugar à revisão de preços durante o prazo de execução contratual e eventuais renovações se as houver, exceto nas situações legalmente previstas.

## **CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Obrigações Gerais do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
  - a) Fornecer os bens em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam,

- dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
- b)** Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e níveis de serviço, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;
  - c)** Garantir os bens fornecidos, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;
  - d)** Proceder à entrega e/ou disponibilização dos bens nos locais e prazos previstos no presente Caderno de Encargos ou proposta adjudicada;
  - e)** Assegurar a reparação ou a substituição dos bens, de acordo com as condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada;
  - f)** Assegurar a continuidade de fabrico, de acordo com as condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada e legislação em vigor;
  - g)** Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à correta e completa execução das tarefas a seu cargo;
  - h)** O cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, nos termos da legislação aplicável, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais;
  - i)** Comunicar à Entidade Adjudicante, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
  - j)** Não alterar as condições da prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
  - k)** Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da Entidade Adjudicante;
  - l)** Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pela Entidade Adjudicante;
  - m)** Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
  - n)** Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
  - o)** Cooperar com a Entidade Adjudicante, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
    - i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Prestador de Serviços em representação do Contraente Público;
    - ii. Quando o Contraente Público deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.
  - p)** comunicar à Entidade Adjudicante a identificação do responsável designado para a gestão do Contrato, nomeadamente, para efeitos de comunicações e demais situações necessárias, o qual deverá estar definido no momento da assinatura do Contrato, bem como quaisquer alterações quanto ao gestor indicado;



- q) cumprir com as disposições do Regulamento de Higiene e Segurança da LIPOR, constante do Anexo II do presente Caderno de Encargos, nos casos em que o cumprimento do contrato implicar a execução de trabalhos nas instalações da Entidade Adjudicante;
  - r) submeter na Plataforma toda a documentação de segurança necessária, solicitada no âmbito da autorização de entrada para a prestação de serviços na Lipor, 48 horas antes do início da prestação de serviços. É igualmente responsabilidade do Adjudicatário a inserção de nova documentação, na referida plataforma, sempre que a anterior caduque ou sofra alterações.
2. Na execução da presente aquisição de serviços o Adjudicatário fica obrigado a prestar todos os esclarecimentos que o(s) Gestor(es) do Contrato considere(m) necessários, nos termos e para os efeitos dos artigos 289.º e 290.º e 290.º-A do CCP, e no prazo que este(s) venha(m) a fixar.
3. O Adjudicatário deverá acautelar a possibilidade de vir a adotar, em sede de execução de contrato, planos de contingência para fazer face a situações de contenção de epidemias, quer de modo preventivo, quer em situação declarada, quer em fase de reposição da normalidade, sem prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior constantes do presente caderno de encargos.
4. O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato**

1. Sempre que a LIPOR considere necessário, poderá solicitar a entrega dos elementos referentes ao grau de execução do contrato, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve prestar à LIPOR e/ou ao Gestor do Contrato, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise da LIPOR, a que se refere o n.º 1, não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a LIPOR deve disso informar, por escrito, o Adjudicatário.
4. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela LIPOR, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo Adjudicatário, no prazo respetivo, a LIPOR procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise da LIPOR a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Adjudicatário com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 10 dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pela LIPOR.
7. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.
8. O Gestor de Contrato será identificado no Contrato a ser celebrado entre as Partes.

## **Cláusula 16.ª**

### **Forma da Execução do Contrato**

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Adjudicatário fica obrigado a manter, com uma periodicidade a acordar entre as partes, reuniões com os representantes da Entidade Adjudicante, das quais serão lavradas atas.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita.
3. O Adjudicatário fica obrigado a apresentar à Entidade Adjudicante, com uma periodicidade a acordar entre as partes, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
4. No final da execução do contrato, o Adjudicatário deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos no decorrer da execução do contrato.
5. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português e validados pela Entidade Adjudicante.
6. Caso existam correções/alterações a efetuar, a Entidade Adjudicante fixará um prazo razoável para o efeito, sendo tais correções da responsabilidade do Adjudicatário, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.
7. Todos os documentos, nomeadamente os relatórios, devem ser entregues, em suporte digital (Excel, Pdf ou outro formato digital, se aplicável), para o endereço eletrónico do gestor de contrato nomeado pela Entidade Adjudicante para o efeito.
8. Excecionalmente, e mediante autorização expressa da Entidade Adjudicante, os documentos anteriormente referidos poderão ser entregues em suporte físico, devendo para o efeito ser impressos em papel reciclado, privilegiando-se a utilização da opção de impressão frente e verso dos mesmos, no âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho, que visa assegurar a inclusão de critérios de sustentabilidade em todos os contratos públicos de aquisição de bens e serviços.

## **Cláusula 17.ª**

### **Dever de Sigilo**

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a Entidade Adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O Adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.
5. O Adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
6. O Adjudicatário não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo da Entidade Adjudicante sem o consentimento prévio deste.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Patentes, Licenças e Marcas registadas**

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas e licenças.
2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do Contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário terá de indemnizar a Entidade Adjudicante de todas as despesas que, em consequência, este haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Confidencialidade e Proteção de dados pessoais**

1. O Adjudicatário obriga-se, durante a vigência deste Contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e/ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Entidade Adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do Contrato ou por causa dele.
2. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do Contrato, independentemente do motivo por que ocorra.
3. Os dados pessoais a que o Adjudicatário tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pela Entidade Adjudicante, ao abrigo deste Contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas da Entidade Adjudicante.
4. O Adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, ao abrigo do Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito pela mesma.
5. O Adjudicatário obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:
  - a) Tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do Contrato e, se aplicável, na estrita observância das instruções documentadas que lhe forem impostas pela Primeira Outorgante para além das previstas nos números 3 e 4 do presente Artigo;
  - b) Assegurar que os seus Colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no Contrato e que assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
  - c) Aplicar as medidas técnicas e organizativas adequadas previstas no Artigo 32.º do RGPD, para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos, de probabilidade e gravidade variável, para os direitos e liberdades das pessoas singulares, o responsável pelo tratamento e o subcontratante aplicam as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco;
  - d) No caso em que seja autorizada pela Entidade Adjudicante a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, ser o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas, designadamente a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto (Lei de Execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados), e demais legislações aplicáveis, em particular o Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o Adjudicatário celebre com outras entidades por si subcontratadas;

- e) prestar assistência à Entidade Adjudicante, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, na medida do possível, para o cumprimento das suas obrigações, enquanto responsável pelo tratamento, de resposta aos pedidos de exercício dos direitos do titular de dados previstos no capítulo III do RGPD;
- f) prestar assistência à Entidade Adjudicante para assegurar o cumprimento da sua obrigação enquanto Responsável pelo Tratamento de:
  - i. notificar a CNPD da violação de dados pessoais, sem demora injustificada e, se possível, no prazo máximo de 72 horas após ter tido conhecimento da mesma, a menos que a violação de dados pessoais não seja suscetível de resultar num risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares;
  - ii. comunicar, sem demora injustificada, a violação dos dados pessoais ao titular dos dados, sempre que a violação dos dados pessoais possa resultar num risco elevado para os direitos e liberdades das pessoas singulares;
  - iii. efetuar uma avaliação do impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais (avaliação do impacto na proteção de dados);
  - iv. consultar a CNPD, antes de proceder ao tratamento, quando a avaliação de impacto sobre a proteção de dados indicar que o tratamento resultaria num elevado risco na ausência de medidas adotadas pelo responsável pelo tratamento para atenuar o risco;
  - v. Os dados pessoais a que o Adjudicatário tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pela Entidade Adjudicante, ao abrigo deste Contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas da Primeira Outorgante.
- g) Em caso de cessação da prestação de serviços de tratamento de dados pessoais, apagar todos os dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante, certificando-a que assim fez, a menos que o direito da União ou de um Estado-Membro exija a conservação dos dados pessoais;
- h) disponibilizar à Entidade Adjudicante todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas no RGPD e no presente Contrato e contribuir para a realização de auditorias, incluindo inspeções, realizadas pela Entidade Adjudicante ou por outro auditor por si mandatado.

6. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “Colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviço ao Adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o fornecedor e o referido colaborador.

7. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto neste Contrato.

8. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do Contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Código de Conduta para Fornecedores e Subcontratados da LIPOR**

1. O Código de Conduta para Fornecedores e Subcontratados da LIPOR visa contribuir positivamente para o desenvolvimento económico, social e ambiental, na relação de compromisso, e de boa-fé, com os seus Fornecedores e Subcontratados no desenvolvimento da sua atividade, com base nos princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho e na legislação nacional e europeia em vigor, constando do Anexo I do Caderno de Encargos.

2. Com a apresentação dos documentos de habilitação, o Adjudicatário deve entregar a

Declaração de Compromisso referida no Convite.

#### **Cláusula 21.ª**

##### **Igualdade de Género e Direitos Humanos**

O Adjudicatário compromete-se a promover a igualdade de género e o respeito pelos direitos humanos na execução do contrato, diligenciando escrupulosamente para evitar toda e qualquer forma de discriminação em todas as atividades a realizar.

#### **Cláusula 22.ª**

##### **Transparência**

1. A Entidade Adjudicante e o Adjudicatário comprometem-se a adotar as medidas previstas na lei e outras adequadas para prevenir conflitos de interesse, irregularidades, fraude, corrupção, branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo, ou outras atividades ilícitas na execução do presente Contrato, devendo comunicar imediatamente à contraparte e às autoridades nacionais competentes todos os casos comprovados ou suspeitos, bem como as medidas de reação correspondentes, tomadas ou planeadas.

2. Para efeitos do número anterior, existe conflito de interesse sempre que possa estar comprometido o exercício imparcial e objetivo de uma das entidades, dos seus agentes ou pessoal, na execução do contrato.

#### **Cláusula 23.ª**

##### **Requisitos Sustentáveis**

1. O Adjudicatário, tendo em vista garantir o desenvolvimento sustentável da sua atividade em prol da proteção do meio ambiente e dos princípios e direitos fundamentais dos trabalhadores, assumirá a responsabilidade de:

- a) disponibilizar nas suas instalações recipientes para a recolha seletiva de papel/cartão, embalagens plásticas e metálicas, vidro e resíduos indiferenciados, bem como proceder à remoção e à deposição dos mesmos (reciclagem ou eliminação) de acordo com as Boas Práticas da Gestão Ambiental e com as normas nacionais e internacionais de tutela do ambiente;
- b) assegurar que os equipamentos e materiais utilizados na execução do contrato foram fabricados em pleno respeito pelos princípios éticos e de proteção do trabalhador, nomeadamente pelas normas aprovadas pela Organização Internacional do Trabalho.

2. O Adjudicatário deverá implementar um procedimento para identificar e avaliar os aspetos ambientais significativos das atividades objeto da prestação de serviços, assim como os impactos ambientais associados, considerando uma perspetiva de ciclo de vida.

3. A identificação dos aspetos ambientais significativos deverá abranger não só as atividades de rotina, mas também eventuais alterações ao planeamento, condições anómalas de prestação do serviço e emergências razoavelmente previsíveis.

4. Toda a informação relativa aos aspetos ambientais significativos deverá ser mantida e retida como informação documentada e, permanentemente, atualizada.

5. Em matérias de gestão energética sustentável, o Adjudicatário deverá cumprir com as orientações previstas no Manual de Boas Práticas de Gestão de Energia, em anexo III ao Caderno de Encargos, devendo entregar Declaração de Aceitação dos Requisitos do Manual de Boas Práticas de Gestão de Energia para Fornecedores da LIPOR, juntamente com os documentos de habilitação exigidos no presente procedimento.

#### **Cláusula 24.ª**

##### **Obrigações da Entidade Adjudicante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, a Entidade Adjudicante obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo, próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações da Entidade Adjudicante:
  - a) Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o Adjudicatário, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
  - b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
  - c) Monitorizar a qualidade dos serviços prestados;
  - d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
  - e) Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos produtos fornecidos;
  - f) Efetuar o pagamento contratualmente devido dentro dos prazos fixados.

### **CAPÍTULO III – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

#### **Cláusula 25.ª**

##### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato**

1. Será nomeado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato, aquando da assinatura do mesmo, tendo como função o acompanhamento da sua execução nos termos descritos do CCP.
2. Quando se trate de contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções que sejam definidas por cada contraente público, o gestor ou os gestores devem elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.
3. Caso o gestor ou os gestores detetem desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, devem comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo, em relatório fundamentado, as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
4. Em cumprimento ao estabelecido no artigo 290.º-A, n.º 7 do CCP, o Gestor do Contrato subscreverá a declaração de inexistência de conflitos de interesse antes do início de funções.

#### **Cláusula 26.ª**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo Adjudicatário depende da autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do CCP.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Entidade Adjudicante deve pronunciar-se sobre a proposta do Adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação está vedada nas seguintes situações:
  - a) Quando a escolha do cocontratante tenha sido determinada por ajuste direto, nos casos em que só possa ser convidada uma entidade;
  - b) Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º;
  - c) Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação



resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

5. A Entidade Adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.

6. Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o Subcontratado declara conhecer, integralmente, o presente Caderno de Encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos Subcontratados.

7. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os Subcontratados e terceiros.

8. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a Subcontratados.

9. Em caso de incumprimento pelo Adjudicatário que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato que venha a ser indicado pela Entidade Adjudicante, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do CCP.

10. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato da Entidade Adjudicante, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

## **CAPÍTULO IV - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

### **Cláusula 27.ª**

#### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento dos serviços contratados e/ou pelo incumprimento das datas e prazos de execução dos serviços definidos para os mesmos, até 2% do Preço Contratual;
- b) Pelo incumprimento de outras obrigações emergentes do contrato, até 5% do preço contratual;
- c) Pelo incumprimento da obrigação de respeitar ao longo da execução do contrato, e apenas no âmbito do referido contrato, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a Entidade Adjudicante pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 5% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 6 da presente cláusula;

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a Entidade Adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.

3. Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo n.º 1, relativamente à prestação de serviços objeto do contrato cujo atraso na execução e/ou entrega se tenha verificado e aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as

sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

**6.** As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

#### **Cláusula 28.ª**

##### **Força maior**

**1.** Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

**2.** Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

**3.** Não constituem força maior, designadamente:

- a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c)** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

**4.** A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

**5.** A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 29.ª**

##### **Resolução por parte da Entidade Adjudicante**

**1.** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente em caso de atraso, total ou parcial, na execução do objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do Adjudicatário de que o atraso em determinada obrigação excederá esse prazo.

**2.** O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

**3.** Para efeitos do número anterior, o exercício do direito de resolução tem lugar mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida ao Adjudicatário, da qual conste a



indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.

4. O exercício do direito de resolução não libera o Adjudicatário do dever de satisfazer as solicitações da Entidade Adjudicante, efetuadas no âmbito do Contrato, recebidas até à data da resolução.

5. O exercício do direito de resolução não prejudica a aplicação das sanções previstas no presente caderno de encargos e Contrato.

#### **Cláusula 30.ª**

##### **Resolução por parte do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de três meses.

2. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

3. Nos casos previstos no nº 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à LIPOR, que produz efeitos 30 dias (trinta) após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

### **CAPÍTULO V - SEGUROS**

#### **Cláusula 31.ª**

##### **Seguros**

1. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura de risco através de contratos de seguro atualizados e devidos por lei, nomeadamente, contra acidentes de trabalho e responsabilidade civil contra danos provocados à Entidade Adjudicante ou a terceiros.

2. A Entidade Adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo de 10 dias.

### **CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 32.ª**

##### **Outros Encargos**

Todas as despesas derivadas da prestação de cações, da emissão de seguros, quando a eles houver lugar, são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **Cláusula 33.ª**

##### **Resolução de Litígios**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

---

**Cláusula 34.ª**

**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 35.ª**

**Contagem dos prazos**

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.
2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos obedece ao disposto no artigo 471.º do CCP.

**Cláusula 36.ª**

**Legislação Aplicável**

Em tudo o que estiver omissa no presente Caderno de Encargos aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual e demais legislação aplicável. |

**Cláusula 37.ª**

**Consulta preliminar ao mercado**

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.
2. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço base, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

## SECÇÃO II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

### Cláusula 38.ª

#### Requisitos

Os requisitos a observar pelos equipamentos informáticos a disponibilizar no âmbito do presente contrato são os seguintes:

- Equipamento Informático I –	
<b>38 (trinta e oito)</b> computadores portáteis novos de gama empresarial com as seguintes especificações mínimas:	
a.	Processador <ul style="list-style-type: none"><li>i. Intel core i7 (13ª geração)</li><li>ii. 12 núcleos</li></ul>
b.	Memória RAM <ul style="list-style-type: none"><li>i. 16GB</li></ul>
c.	Armazenamento <ul style="list-style-type: none"><li>i. 512GB SSD PCIe NVMe</li></ul>
d.	Placa gráfica integrada <ul style="list-style-type: none"><li>i. Intel UHD Graphics/Iris Plus Graphics ou NVIDIA GeForce ou AMD Radeon</li></ul>
e.	Ecrã <ul style="list-style-type: none"><li>i. Tamanho: 14" a 15,6"</li><li>ii. Resolução: 1920x1080, FHD</li><li>iii. Tipo: IPS Anti-glare</li><li>iv. Brilho do ecrã: 250 nits</li><li>v. Rácio: 16:9</li></ul>
f.	Câmara <ul style="list-style-type: none"><li>i. Mínima Resolução: 720p</li></ul>
g.	Audio Integrado <ul style="list-style-type: none"><li>i. Colunas e microfone integrado</li></ul>
h.	Teclado <ul style="list-style-type: none"><li>i. Teclado em Português, retro iluminado</li></ul>
i.	Segurança <ul style="list-style-type: none"><li>i. Segurança do chip: TPM 2.0 integrada no chipset</li></ul>
j.	Interfaces e conectividade <ul style="list-style-type: none"><li>i. Ethernet: 100/1000Mbps RJ45 (sem necessidade de adaptador)</li><li>ii. Wifi: 11ax, 2x2</li><li>iii. Bluetooth: BT5.0</li><li>iv. Audio: jack 3.5 mm combo (auscultador e microfone)</li><li>v. USB 3.1: pelo menos duas portas</li><li>vi. USB-C 3.1 Gen 2: pelo menos uma, com capacidade de DisplayPort e power</li><li>vii. HDMI 2.0 ou superior</li></ul>
k.	Bateria <ul style="list-style-type: none"><li>i. Autonomia de 8 horas, com carregamento rápido</li><li>ii. Adaptador de corrente / cabo de alimentação incluído</li></ul>
l.	Energy Star® <ul style="list-style-type: none"><li>i. ENERGY STAR Qualified</li></ul>
m.	Software incluído

- i. Microsoft Windows 11 Pro 64bit
- n. Rato óptico + teclado Bluetooth (combo) – português (QWERTY)
  - i. Resolução: 1000DPI
  - ii. Número de botões: 5
  - iii. Roda de rolagem: Sim

**- Equipamento Informático II –**

**2 (dois) computadores portáteis novos** de gama empresarial com as seguintes especificações mínimas:

- a. Processador
  - i. Intel core i7 (13ª geração)
  - ii. 12 núcleos
- b. Memória RAM
  - i. 32GB
- c. Armazenamento
  - i. 512GB SSD PCIe NVMe
- d. Placa gráfica integrada
  - i. Intel UHD Graphics/Iris Plus Graphics ou NVIDIA GeForce ou AMD Radeon
- e. Ecrã
  - i. Tamanho: 14" a 15,6"
  - ii. Resolução: 1920x1080, FHD
  - iii. Tipo: IPS Anti-glare
  - iv. Brilho do ecrã: 250 nits
  - v. Rácio: 16:9
- f. Câmara
  - i. Mínima Resolução: 720p
- g. Áudio Integrado
  - i. Colunas e microfone integrado
- h. Teclado
  - i. Teclado em Português, retro iluminado
- i. Segurança
  - i. Segurança do chip: TPM 2.0 integrada no chipset
- j. Interfaces e conectividade
  - i. Ethernet: 100/1000Mbps RJ45 (sem necessidade de adaptador)
  - ii. Wifi: 11ax, 2x2
  - iii. Bluetooth: BT5.0
  - iv. Audio: jack 3.5 mm combo (auscultador e microfone)
  - v. USB 3.1: pelo menos duas portas
  - vi. USB-C 3.1 Gen 2: pelo menos uma, com capacidade de DisplayPort e power
  - vii. HDMI 2.0 ou superior
- k. Bateria
  - i. Autonomia de 8 horas, com carregamento rápido
  - ii. Adaptador de corrente / cabo de alimentação incluído
- l. Energy Star®
  - i. ENERGY STAR Qualified
- m. Software incluído
  - i. Microsoft Windows 11 Pro 64bit
- n. Rato óptico + teclado Bluetooth (combo) – português (QWERTY)

i.	Resolução: 1000DPI
ii.	Número de botões: 5
iii.	Roda de rolagem: Sim
<b>- Equipamento Informático III –</b>	
<b>40 (quarenta) uni – HUB com USB + HDMI + DisplayPort + USB TipoC</b>	

#### **Cláusula 39.ª**

##### **Seguro**

Todos os equipamentos, em regime de locação deverão se encontrar abrangidos por um seguro durante a vigência do contrato. O âmbito da cobertura deverá constar:

- Base All Risks
- Fenómenos Sísmicos
- Greves, Tumultos e Alterações da Ordem Pública
- Atos de Vandalismo
- Transporte Terrestre
- Equipamentos Móveis ou Portáteis
- Franquia Furto/Roubo quebra ou queda: 25% dos prejuízos indemnizáveis
- Franquia Restantes Danos: 5% dos prejuízos indemnizáveis no mínimo de 25€

#### **Cláusula 40.ª**

##### **Assistência Técnica**

A prestação de serviços de assistência técnica deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) Obrigação de garantir os bens objeto do contrato durante o período de vigência do mesmo.
- b) Obrigação de efetuar a manutenção e assistência técnica dos equipamentos tendo em vista a sua integral utilização.
- c) Obrigação de prestar assistência técnica no prazo máximo de 1 dia útil (next business day), após a comunicação de avaria.
- d) Obrigação de substituição imediata dos equipamentos em caso de reparação inviável.

---

## Anexos

---

## Anexo I

### Código de Conduta para Fornecedores da Lipor/Declaração de Compromisso

## Anexo II

### Regulamento de Higiene e Segurança



---

**Anexo III**  
**Manual de Boas Práticas de Gestão de Energia para Fornecedores da LIPOR**